

CARLA CRISTINA STOFFEL

**DISPARIDADES NO DESENVOLVIMENTO ENTRE REGIÕES NO PARANÁ:
POR QUE EXISTEM E POR QUE PERSISTEM?**

Artigo apresentado à disciplina de Trabalho de Fim de Curso, no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Marcio José Vargas da Cruz

CURITIBA

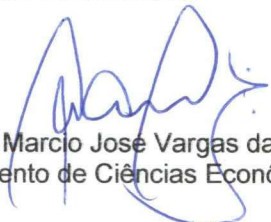
2009

TERMO DE APROVAÇÃO

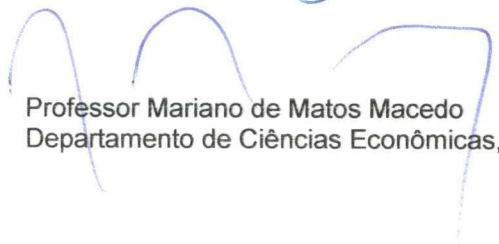
CARLA CRISTINA STOFFEL

DISPARIDADES NO DESENVOLVIMENTO ENTRE REGIÕES NO PARANÁ: POR QUE EXISTEM E POR QUE PERSISTEM?

Artigo aprovado como requisito para obtenção do grau de Bacharel no curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: 
Professor Marcio José Vargas da Cruz
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Professor Adilson Antônio Volpi
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Professor Mariano de Matos Macedo
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

CURITIBA, 2 de julho de 2009

SUMÁRIO

RESUMO.....	2
INTRODUÇÃO.....	2
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	3
1.1 DISPARIDADES REGIONAIS.....	3
1.2 MODELO DA BASE ECONÔMICA.....	4
1.3 FATORES CARACTERÍSTICOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	5
2 REVISÃO DA LITERATURA EMPÍRICA.....	7
3 DISPARIDADES: ELAS EXISTEM?.....	14
4 DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO PARANÁ.....	19
5 FATORES CARACTERÍSTICOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	29
CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

RESUMO

O desenvolvimento econômico, fundamental para a melhoria no bem-estar de uma população, tende a ocorrer mais ou menos rápido conforme uma série de fatores. Por suas peculiaridades, as regiões paranaenses também apresentam divergência no nível de desenvolvimento. Este trabalho busca identificar os motivos pelos quais algumas regiões se apresentam mais desenvolvidas do que outras, e por que essa divergência persiste ao longo do tempo. As análises indicam a relevância de fatores históricos e de vantagens comparativas como determinantes para a origem das disparidades, e a manutenção desse quadro, juntamente a um processo cumulativo, como causa da persistência do problema.

Palavras-chave: economia regional; economia paranaense; desenvolvimento regional

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional está intimamente ligado ao crescimento econômico, e se revela uma ferramenta importante para promover o aumento no nível de emprego e renda, bem como para a difusão do progresso técnico. Contudo, o desenvolvimento dos diversos territórios não se dá de modo uniforme. As características inerentes à economia de cada região levam o crescimento econômico a ocorrer de um modo peculiar em cada área, gerando disparidades.

O estado do Paraná não é exceção, e a divergência no nível de desenvolvimento entre regiões é verificável através de diversos indicadores sócio-econômicos, permitindo subdividir o estado em áreas distintas entre si, mas com certa homogeneidade interna de características. Entre os pólos concentradores de atividade econômica estão municípios como Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon. Por outro lado, existem regiões que se destacam pela precariedade social e inexistência de indicadores econômicos relevantes, como é o caso da área central do estado e do chamado Vale do Ribeira.

Este trabalho, então, busca analisar as causas das disparidades no processo de desenvolvimento das regiões no Paraná, bem como os motivos pelos quais estas disparidades persistem. Para tal tarefa, serão apresentadas análises sobre diversos indicadores de desenvolvimento econômico (como o Índice de Desenvolvimento Econômico Municipal), além de aplicações para o modelo da Base Econômica através do cálculo do quociente locacional e para o modelo dos fatores característicos do desenvolvimento local descrito por Llorens (2001).

Por conseguinte, a importância deste trabalho se encontra na necessidade de conhecer melhor a forma pela qual se dá o desenvolvimento paranaense, possibilitando a promoção do crescimento econômico e de uma melhoria da qualidade de vida da população das regiões de um modo mais uniforme.

Após esta introdução, o presente trabalho se estrutura como descrito a seguir: a seção 1 trata do referencial teórico que serve de base ao estudo; a seção 2 abrange uma revisão da literatura empírica relacionada ao tema; a seção 3 apresenta uma série de indicadores que caracterizam a distribuição das disparidades regionais no Paraná; a seção 4 trata da localização das atividades econômicas no estado; por fim, a seção 5 aponta a presença de fatores importantes para o desenvolvimento nas regiões.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta parte do trabalho serão apresentadas algumas teorias de Desenvolvimento Regional, as quais serão utilizadas na análise sobre quais as causas das disparidades do desenvolvimento regional no estado do Paraná e o motivo pelo qual essa heterogeneidade perdura. Apresentam-se como ferramentas analíticas o Modelo da Base Econômica e a concepção de Llorens (2001) sobre os fatores característicos do desenvolvimento econômico local.

1.1 DISPARIDADES REGIONAIS

Polèse (1998, p. 163-164) apresenta as disparidades regionais como resultado de uma comparação entre regiões que aponte desigualdades de

bem-estar ou de desenvolvimento entre elas. O foco a ser dado no trabalho refere-se às “desigualdades no nível de bem-estar ou no nível de rendimento real dos particulares ou das famílias”.

Essas disparidades se originam a partir do fato de o crescimento econômico afetar a estrutura de mercado de modo peculiar em cada região, o que se deve às próprias especificidades das economias locais, como por exemplo as características da demanda, as vantagens para a produção de determinado tipo de bens, ou o preço do fator trabalho. Também é importante ponderar a possibilidade de deslocamento de fatores de produção entre as regiões. Diferente do que ocorre entre países, quando as trocas de fatores de produção são limitadas pelas fronteiras nacionais, no âmbito regional o fluxo pode se dar de modo praticamente livre, representando um impacto importante na economia de cada espaço (POLÈSE, 1998).

Outro tipo de desigualdade existente refere-se aos desníveis na distribuição das atividades econômicas nos espaços, dadas as características e estruturas inerentes a cada lugar. Myrdal (1957) demonstra como o desenvolvimento está ligado intrinsecamente aos fatores históricos de cada região, por exemplo. Até mesmo a própria interação entre as forças de mercado ocorre de modo peculiar em cada espaço, consistindo em mais uma força a atuar no sentido do aumento das desigualdades entre as regiões, uma vez que localidades com características que favorecem certa atividade tendem a atrair cada vez mais os agentes de mercado ligados a ela.

Não há como eliminar esse outro tipo de desigualdade, contudo, há de se considerar a possível correlação existente entre as melhores ou piores características econômicas de uma determinada região e o nível de bem-estar e renda da população nela residente (POLÈSE, 1998).

1.2 MODELO DA BASE ECONÔMICA

Conforme descrito por Polèse (1998, p. 139), o modelo da base econômica permite analisar o nível de atividade econômica regional ao comparar o nível de produção e o nível de emprego da região nas atividades exportadoras de produtos para outras regiões.

Assim, considera-se a economia dividida entre atividades de base e de suporte. O primeiro grupo engloba as indústrias que visam satisfazer a procura externa, ou seja, são atividades através das quais a região exporta, e que são, nas palavras de Fujita, Krugman e Venables (2002, p. 43), “a razão de ser de uma região econômica”. Já as atividades de suporte, como o termo sugere, são aquelas que derivam das atividades de base e se dedicam a lhe fornecer apoio, expandindo-se ou retraindo-se conforme o desempenho da base. Tem-se, portanto, que é através das atividades de base que a região consegue condições para importar bens e serviços não disponíveis internamente, além de induzir o crescimento das atividades de suporte (SCHWARTZMAN, 1975).

É preciso manter em mente, entretanto, que o modelo da base econômica não considera em sua análise outros fatores responsáveis por variações no emprego de uma localidade. Ficam à margem da análise elementos como os possíveis “vazamentos de renda” para outras regiões¹, o investimento autônomo, o crescimento populacional, entre outros, o que faz com que o modelo seja útil apenas para análises de curto prazo (SCHWARTZMAN, 1975).

Desse método inicial derivam outros, capazes de fornecer estimativas interessantes sobre as características econômicas regionais. Um exemplo é o chamado quociente de localização, o qual fornece uma estimativa do grau de concentração de uma atividade em uma região, em relação ao território de referência, através da comparação entre os níveis de emprego, produção, número de estabelecimentos ou outras variáveis do tipo (POLÈSE, 1998, p. 141-143). O modo pelo qual o cálculo se desenvolve será apropriadamente tratado no item 4 do presente trabalho.

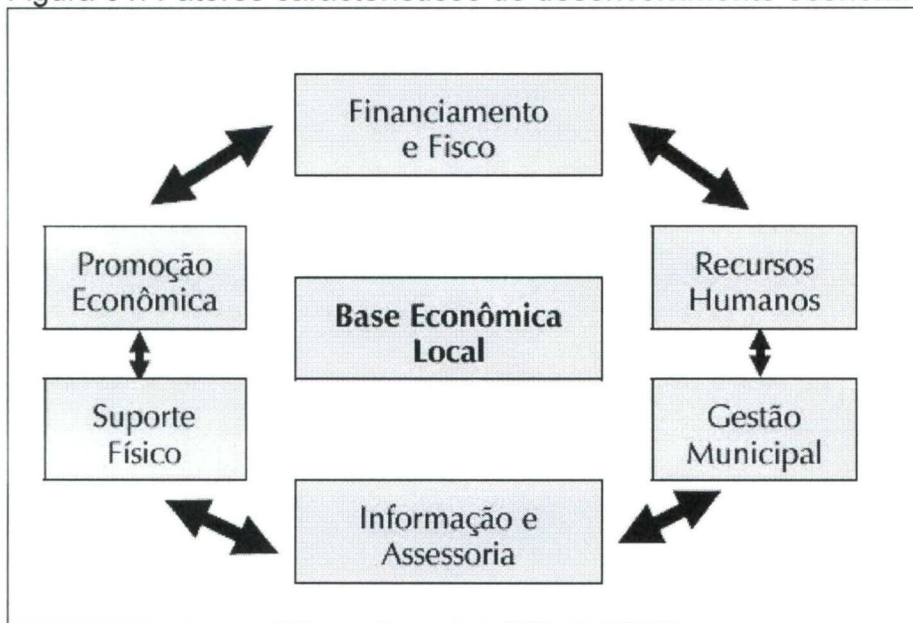
1.3 FATORES CARACTERÍSTICOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Em seu trabalho, Llorens (2001) apresenta as atividades produtivas de uma determinada região econômica como dependentes das condições de seu entorno territorial para se desenvolverem de modo adequado, incorporando

¹ Estes elementos, que também influenciam as variações no emprego e renda de uma região, podem ser por exemplo mudanças na propensão a importar, a poupar, no nível de gastos com pagamentos a fatores de fora da região, entre outros (SCHWARTZMAN, 1975).

inovações tecnológicas e de gestão e elevando os níveis de produtividade e competitividade. Ou seja, esse contexto no qual a região está inserida influencia seu processo de desenvolvimento pela presença ou ausência de uma série de fatores. Llorens apresenta esquematicamente a forma pela qual essa relação se organiza, discriminando os elementos facilitadores do desenvolvimento regional (LLORENS, 2001, p. 193-197). Trata-se, assim, de um modelo analítico que será aplicado à idéia da base teórica da análise contida no presente trabalho.

Figura 01. Fatores característicos do desenvolvimento econômico local



Fonte: Llorens (2001, p.193)

Segundo o exposto por Llorens (2001, p. 194), por “suporte físico” entende-se a presença de infra-estrutura básica, como por exemplo sistemas de transporte, comunicação, água, saneamento, energia elétrica, entre outros. Também estão incluídas as estruturas de cultura e lazer que sirvam ao fomento de melhor qualidade de vida à população da região.

O item “informação e assessoria”, por sua vez, refere-se à existência de centros tecnológicos e de pesquisa, bem como às atividades de apoio às empresas no sentido de disponibilizar informações e assessorar projetos de comercialização (IBIDEM).

A “promoção econômica” engloba os esforços de aprimoramento socioeconômico e a utilização eficiente do potencial da região. Já a “gestão

municipal” está ligada à eficiência da administração pública tanto nos trâmites internos quanto no atendimento à sociedade. Também se mostra importante a adequação da carga tributária à economia local, bem como o desenvolvimento de canais para apoiar financeiramente as pequenas empresas, fatores os quais estão incluídos no item “financiamento e fisco” (LLORENS, 2001, p. 194-196).

Por fim, o elemento “recursos humanos” está relacionado à qualidade da oferta educacional, à capacitação dos profissionais, ao incentivo ao empresariado, entre outros fatores ligados ao mercado de trabalho (LLORENS, 2001, p. 196).

Llorens (2001, p. 196) conclui que a coexistência dos fatores citados tem importância fundamental para o desenvolvimento econômico de uma região, nutrindo a base econômica local e evitando que os efeitos do crescimento se distribuam de modo heterogêneo entre os territórios.

2 REVISÃO DA LITERATURA EMPÍRICA

Nesta seção, pretende-se apresentar um breve resumo a respeito de diversos estudos sobre temas relacionados a este trabalho, ou seja, a teoria do desenvolvimento regional, o desenvolvimento paranaense e seus desníveis regionais. O primeiro grupo de trabalhos apresentado refere-se a estudos que abrangem o nível nacional, como é o caso de Andrade (1988), Haddad (1993), Lavinias, Garcia e Amaral (1997) e Bandeira (1999). Com a revisão destes trabalhos pretende-se observar os métodos de análise utilizados e sua aplicabilidade no contexto regional. Já o segundo grupo refere-se mais especificamente à análise do caso paranaense, através de trabalhos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), de Magalhães (1993), de Rolim (1995), de Macedo, Vieira e Meiners (2002), e de Alves (2007).

Andrade (1988) traça um panorama da evolução das desigualdades regionais brasileiras a partir de 1970, utilizando-se para isso de dados relativos ao PIB estadual e regional obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), além de informações sobre o rendimento médio dos trabalhadores, obtidas através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

A análise revelou uma diminuição nas divergências dos indicadores entre as regiões, mas tal redução teria sido muito pequena se comparada à dimensão das desigualdades. A nível intra-regional, o comportamento das variáveis mostrou-se diferenciado, dependendo do próprio dinamismo de cada um dos estados componentes da área em questão (ANDRADE, 1988). Apesar de se limitar à análise do PIB como indicador de desenvolvimento das regiões, o estudo apresenta um mapeamento das desigualdades nacionais, a ser aprimorado mais tarde, também a partir da evolução das teorias ligadas ao desenvolvimento econômico regional e urbano.

Nesta mesma direção, Haddad (1993) também discutiu a disposição dos recursos, as diferenças no nível de desenvolvimento, e as potencialidades das regiões brasileiras. Como conclusão, as regiões menos desenvolvidas não teriam como reverter sua situação dependendo apenas de fatores externos, como as transferências governamentais. Seria preciso uma ação “de dentro para fora”, favorecendo um desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma discussão baseada principalmente na influência de fatores históricos e políticos, mas já aponta processos determinantes do desenvolvimento regional (como a capacidade de organização da sociedade no local, ou mesmo a magnitude da influência das políticas de um país sobre dada porção do território) e especificidades do desenvolvimento regional em comparação com desenvolvimento nacional (HADDAD, 1993). A expansão no foco da análise de algum modo aproxima este trabalho de Haddad à discussão proposta por Llorens (2001).

Outro trabalho avaliando as desigualdades sociais e econômicas entre as regiões brasileiras foi desenvolvido por Lavinhas, Garcia e Amaral (1997). A metodologia baseou-se no cálculo de um coeficiente de variação ponderado da renda familiar per capita, e na observação de dados como o PIB nominal per capita e os resultados da balança comercial de cada estado do Brasil. Mais uma vez o objetivo foi o de estudar a evolução das disparidades regionais, cobrindo o período entre 1987 e 1995. A análise sofreu influência da crise ocorrida no início dos anos 90, mas ainda assim observou-se uma tendência de aumento nas desigualdades entre as regiões e um padrão regionalizado de crescimento no que se refere à abertura da economia.

O estudo de Bandeira (1999) diferencia-se dos que foram descritos acima pelo fato de analisar a participação de atores sociais diretamente na promoção do desenvolvimento do Brasil através de organizações em nível microrregional, com uma área de abrangência intermediária ao município e ao estado. O autor descreve então a experiência de cinco iniciativas deste tipo: os conselhos regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (COREDE), os conselhos municipais e regionais de Desenvolvimento Sustentável do Ceará, as audiências públicas regionais de Minas Gerais, os fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado de Santa Catarina, e as assembléias orçamentárias microrregionais do Espírito Santo. Estas organizações tornam-se importantes à medida que, por exemplo, permitem uma melhor percepção da amplitude dos problemas de desenvolvimento local e, por consequência, abre a possibilidade de cooperação entre as localidades para a solução de dificuldades que podem ser de âmbito microrregional.

Além do caráter microrregional da análise, este trabalho se mostra interessante por analisar fatores que vão além da simples medida do PIB, levando em conta a influência de instituições e da participação dos agentes econômicos no desenvolvimento regional.

No que compete à análise regional específica para o caso paranaense, uma considerável parte dos estudos é resultado do trabalho do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), além das universidades estaduais e da Universidade Federal do Paraná.

Em IPARDES (1989), é apresentada uma rica análise de caráter histórico e político a respeito do Paraná no horizonte temporal compreendido entre 1945 e 1982. O estudo baseia-se nas Mensagens dos governadores do referido período para observar o comportamento da administração pública à medida que o desenvolvimento do estado trazia mudanças substanciais à estrutura econômica e populacional. Traz-se um recorte de três fases (povoamento do território, industrialização e reforma na administração governamental) onde se evidenciam as diferenças na formação histórica de cada porção do Paraná, fator este que contribuiu para a existência das divergências no nível de desenvolvimento entre as regiões.

Magalhães (1993) faz também um levantamento histórico a respeito da estrutura econômica do Paraná a partir da década de 40, quando o estado se

torna um importante produtor de café, fato que levou a intensos movimentos migratórios e à total ocupação do território. A partir dos anos 60 e 70, no entanto, tem-se um declínio da atividade cafeeira, o que desencadearia mudanças substanciais como a urbanização da população e a busca de lavouras alternativas ao café, principalmente soja e trigo. São relevantes também os fluxos migratórios gaúchos na direção do oeste paranaense, consolidando o perfil de base agrícola que caracteriza a região.

O estudo de Rolim (1995) também expõe a formação econômica recente do estado, com a possibilidade de dividi-lo em dois Paranás, um urbano e outro rural, estando este último ligado ao *agrobusiness*. Esta configuração da estrutura econômica se desenvolve a partir dos anos 70 e se consolida nos anos 80, com a modernização da agricultura (incluindo a mecanização) de um lado, e a desconcentração industrial a partir de São Paulo de outro. A partir desse processo de divisão espacial das atividades econômicas, o Paraná Urbano estaria concentrado na região Sudoeste do estado, especialmente centrado na Região Metropolitana de Curitiba, enquanto o Paraná do *agrobusiness* ocuparia as regiões restantes. A análise destaca as características desiguais da estrutura econômica em cada parte do estado, permitindo observar a heterogeneidade de características entre as regiões.

Em seu trabalho, Macedo, Vieira e Meiners (2002) também apontam o fator histórico e discorrem sobre as fases do desenvolvimento econômico do Paraná dentro do contexto da economia brasileira. A análise pode ser esquematizada no quadro a seguir, com as características de cada período:

Quadro 01. Fases do desenvolvimento regional

ECONOMIA BRASILEIRA	ECONOMIA PARANAENSE
Arquipélagos Regionais - complexos regionais exportadores que perduraram até o início do século XX	Economia do Mate
Articulação Comercial - concomitante à primeira etapa da industrialização brasileira, concentrada principalmente em São Paulo – até os anos 60	Economia Periférica à de São Paulo - expansão da economia cafeeira
Articulação Produtiva - processo de desconcentração espacial da atividade econômica em relação ao núcleo dinâmico da economia brasileira (São Paulo) - percorre os anos 70 e alcança os 80	Industrialização complementar à do núcleo dinâmico (São Paulo) - expansão da metal-mecânica e da agroindústria; - modernização da indústria tradicional (madeira, papel, alimentos, etc.)
Desenvolvimento Regional Difuso - concentração poligonal (região Centro-Sul) - ilhas de produtividade - a partir do final dos anos 80	Integração à Rede de Núcleos Dinâmicos da economia brasileira - forte diversificação da estrutura industrial e adensamento das relações interindustriais

Fonte: Macedo, Vieira e Meiners (2002, p.9)

Segundo o referido estudo, nota-se que o Paraná atuou por muito tempo como uma economia periférica ao núcleo paulista. Macedo, Vieira e Meiners (2002) observam também, após este período, e com a diversificação da indústria paranaense, uma concentração importante dos investimentos e da própria dinâmica produtiva do estado na Região Metropolitana de Curitiba, para o que até mesmo as atividades de agrobusiness do interior do estado estão perdendo espaço.

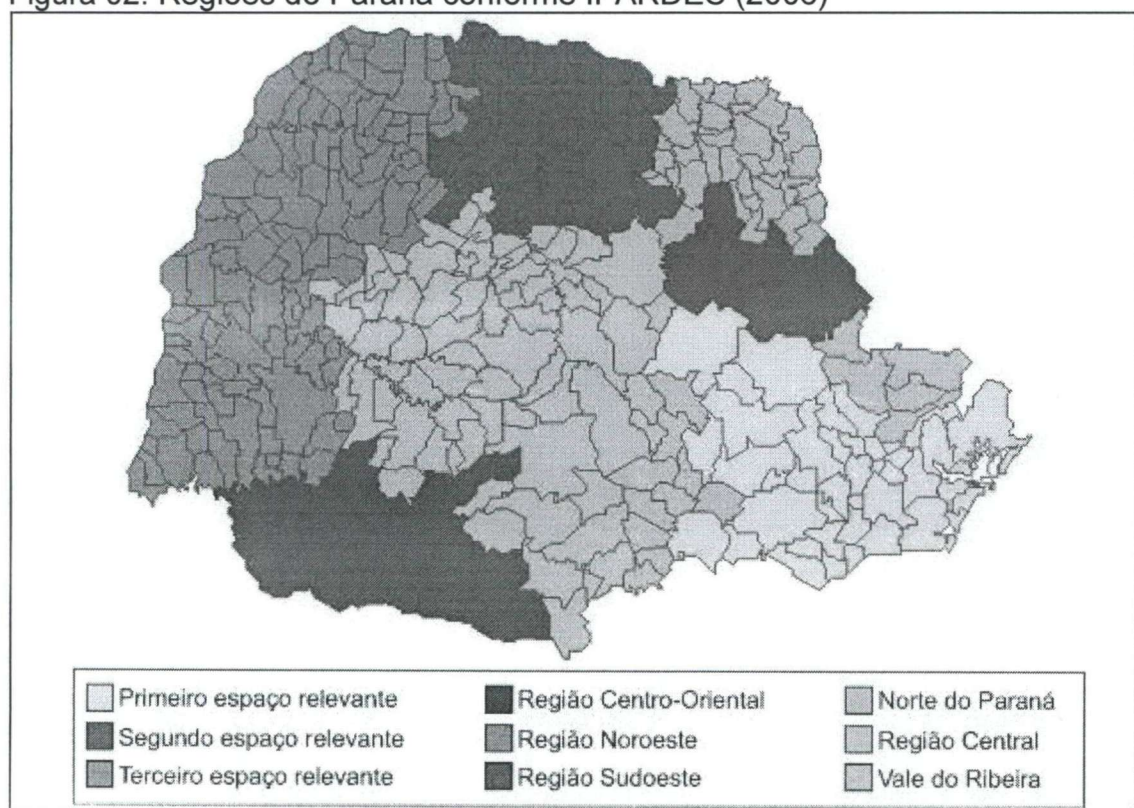
IPARDES (2003), por sua vez, apresenta um panorama da realidade paranaense em termos de indicadores econômicos e sociais, descrevendo o estado de modo a servir de base para as pesquisas que seriam realizadas nos anos seguintes.

Já em IPARDES (2004), realizam-se estudos dos indicadores sob o enfoque da divisão do Paraná em mesorregiões, conforme metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir disso já se estabelecem comparações entre o desempenho das regiões, delineando um panorama das diferenças existentes.

Prosseguindo com os trabalhos realizados anteriormente, outra análise bastante vasta e detalhada foi realizada por IPARDES (2006), englobando os eixos econômico, social, territorial e institucional paranaense na atualidade,

mas avaliando também a variação dos indicadores nos últimos anos. Buscou-se um retrato detalhado do estado através da análise de uma grande variedade de dados, permitindo observar melhor a divisão dos espaços no Paraná conforme a heterogeneidade das características, e identificar quantitativa e qualitativamente as disparidades e potencialidades das regiões. Como resultado, foram estabelecidos os contornos de cinco espacialidades no estado: espacialidade com máxima relevância, espacialidades com elevada relevância, espacialidades com média relevância, espacialidade com mínima relevância, e espacialidades socialmente críticas (IPARDES, 2006, p. 10-15). Esta classificação será utilizada como metodologia do presente trabalho, justamente por refletir melhor a heterogeneidade de características entre cada parte do Paraná, quando comparada com a divisão em mesorregiões sugerida pelo IBGE.

Figura 02. Regiões do Paraná conforme IPARDES (2006)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IPARDES (2006) e SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ (2009)

A distribuição geográfica das regiões pode ser observada no mapa apresentado na Figura 02, e as características dos territórios são descritas a seguir.

A chamada espacialidade com máxima relevância representa o primeiro espaço relevante no Paraná. É constituído pela região de Curitiba, se estendendo a Paranaguá e Ponta Grossa, com um total de 40 municípios. Diferencia-se das outras regiões pelo crescimento populacional, especialmente após 1970, como resultado principalmente de fluxos imigratórios vindos do interior do estado. Em 2004, esta região já concentrava 35,36% da população paranaense (IPARDES, 2006, p. 31-43).

Já as espacialidades com elevada relevância se dividem em duas partes: o segundo e o terceiro espaços relevantes. O segundo espaço relevante é formado pelas aglomerações de municípios articulados com os pólos de Londrina e Maringá, com 74 municípios, enquanto o terceiro espaço relevante engloba parte do oeste do estado, com os pólos de Cascavel e Foz do Iguaçu, com 49 municípios (IPARDES, 2006, p. 43-54).

As espacialidades com média relevância, por sua vez, são divididas em três: a porção Centro-Oriental do estado (englobando municípios como Telêmaco Borba e Jaguariaíva), com 9 municípios; a região Noroeste (formada pelas aglomerações de Cianorte e Paranavaí), com 62 municípios; e a região Sudoeste (com os pólos de Pato Branco e Francisco Beltrão), com 43 municípios (IPARDES, 2006, p. 55-60).

Há também uma espacialidade com mínima relevância, a região de colonização pioneira, no Norte do Paraná, que engloba os municípios de Jacarezinho e Cornélio Procopio (em um total de 36 municípios) e caracteriza-se desde 1970 como emissora de fluxos migratórios (IPARDES, 2006, p. 60-61).

Por fim, há o grupo de espacialidades socialmente críticas, que abrange a região central do estado, com 65 municípios; bem como o chamado Vale do Ribeira, com 21 municípios (IPARDES, 2006, p. 25-30).

Ainda em termos de análise das disparidades regionais, Alves (2007) apresenta uma análise sobre o impacto das transformações ocorridas na economia paranaense desde 1970 e a forma como as conseqüências desse processo se distribuíram entre as regiões do estado. Através do cálculo do

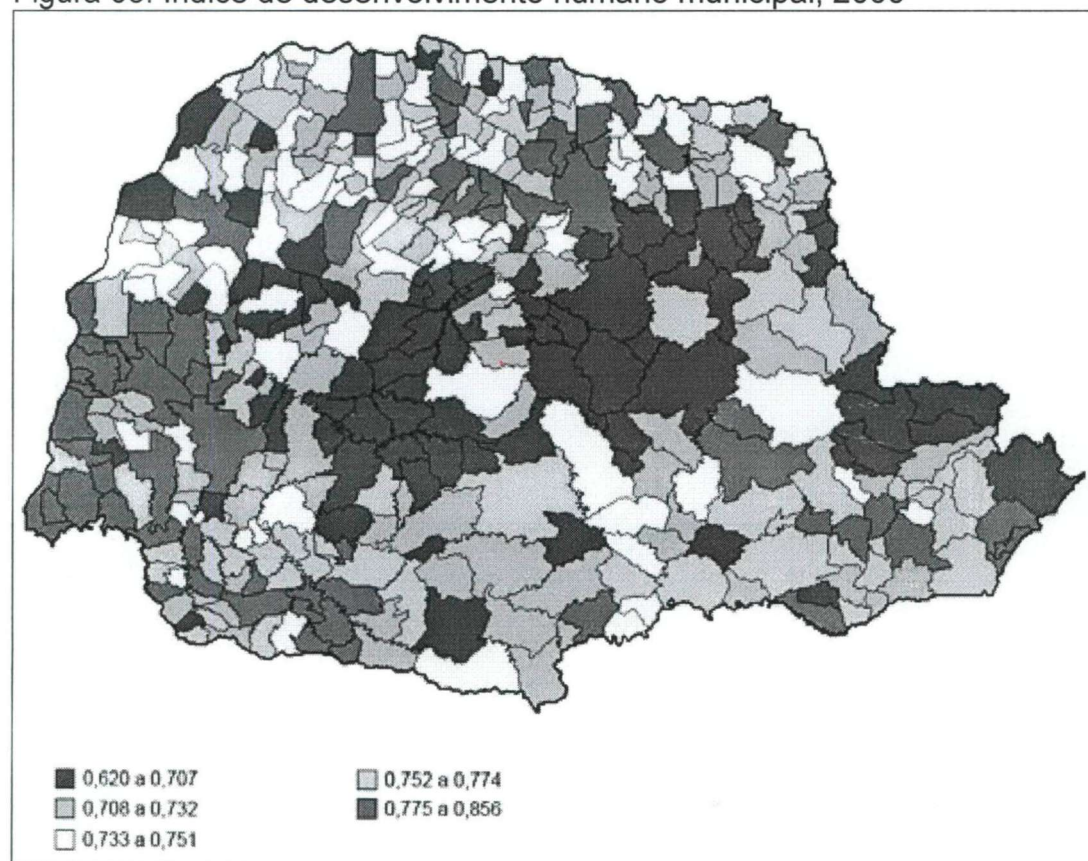
quociente locacional, constatou-se o destaque de algumas microrregiões em se beneficiar com as mudanças em detrimento de outras porções do Paraná, aprofundando ainda mais as desigualdades já existentes.

3 DISPARIDADES: ELAS EXISTEM?

O nível de desenvolvimento das regiões do Paraná apresenta diferenças que são observáveis através de uma série de indicadores sócio-econômicos. Esta seção do trabalho tem por objetivo expor alguns destes indicadores, além de verificar, através do PIB per capita, se o crescimento econômico no estado segue em direção a um aumento ou a uma redução das disparidades regionais.

Um primeiro indicador a ser observado sobre o nível de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

Figura 03. Índice de desenvolvimento humano municipal, 2000

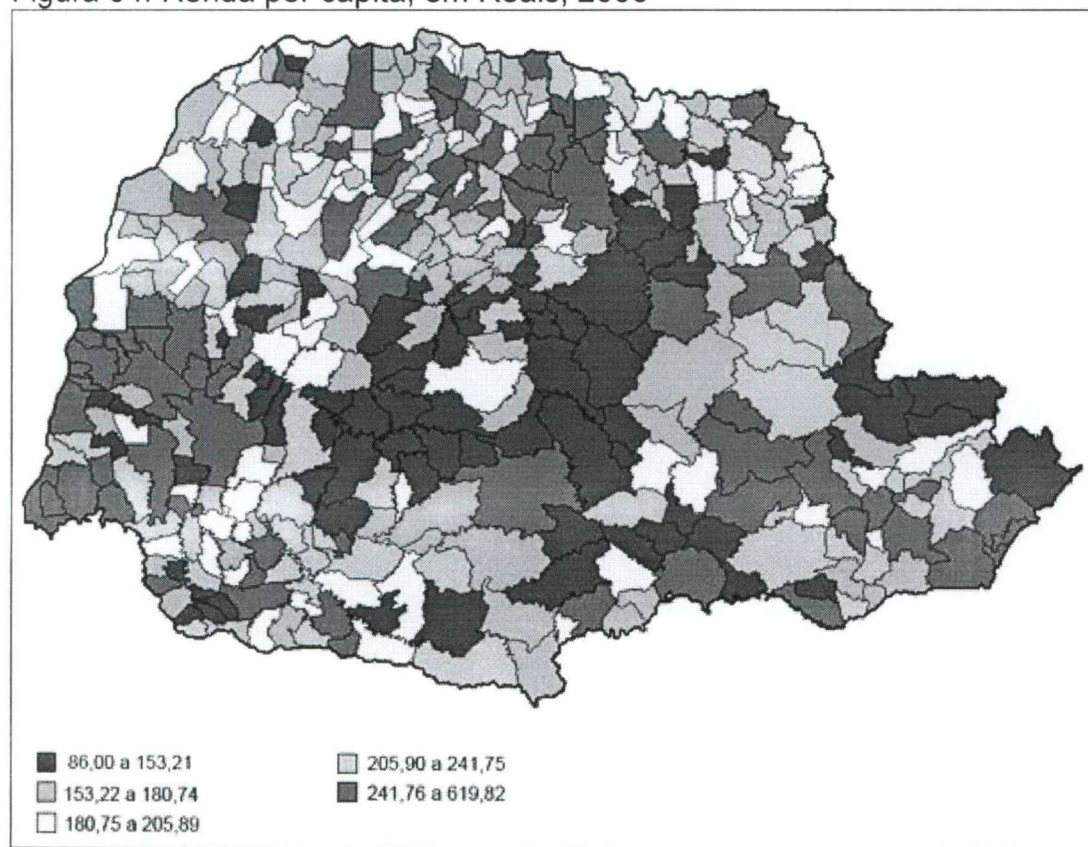


Fonte: PNUda (2009)

Através do mapa nota-se facilmente um desnível no desenvolvimento humano que divide o Paraná em duas partes: a porção central, juntamente com o Vale do Ribeira e a parte noroeste do estado, que apresentam uma concentração de municípios com os piores índices; e os pólos nas três espacialidades mais relevantes (região de Curitiba a leste, de Londrina e Maringá ao norte, e de Cascavel e Foz do Iguaçu a oeste) concentrando as áreas com os melhores indicadores.

O cálculo do IDH-M se apóia em variáveis relacionadas à renda, educação e longevidade nos municípios². Deste modo, pode-se esperar que a distribuição da qualidade de indicadores relacionados a esses três tópicos seja semelhante à do IDH-M, o que se comprova nos mapas a seguir.

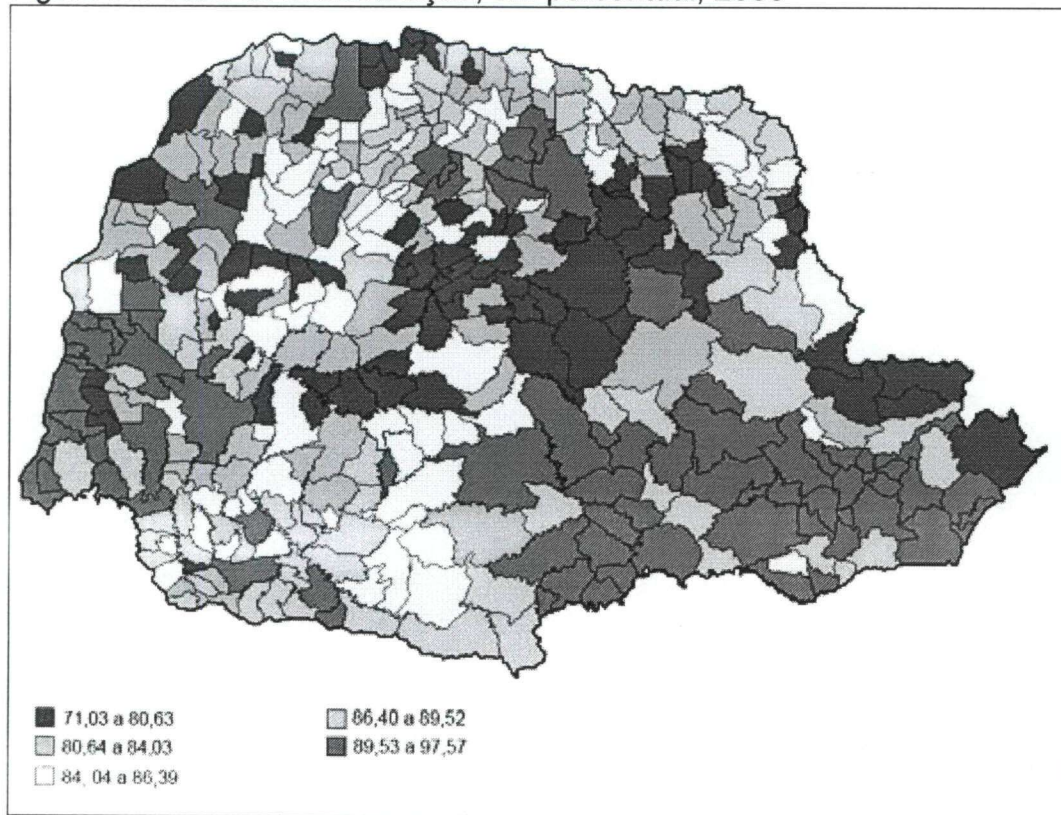
Figura 04. Renda per capita, em Reais, 2000



Fonte: PNUDa (2009)

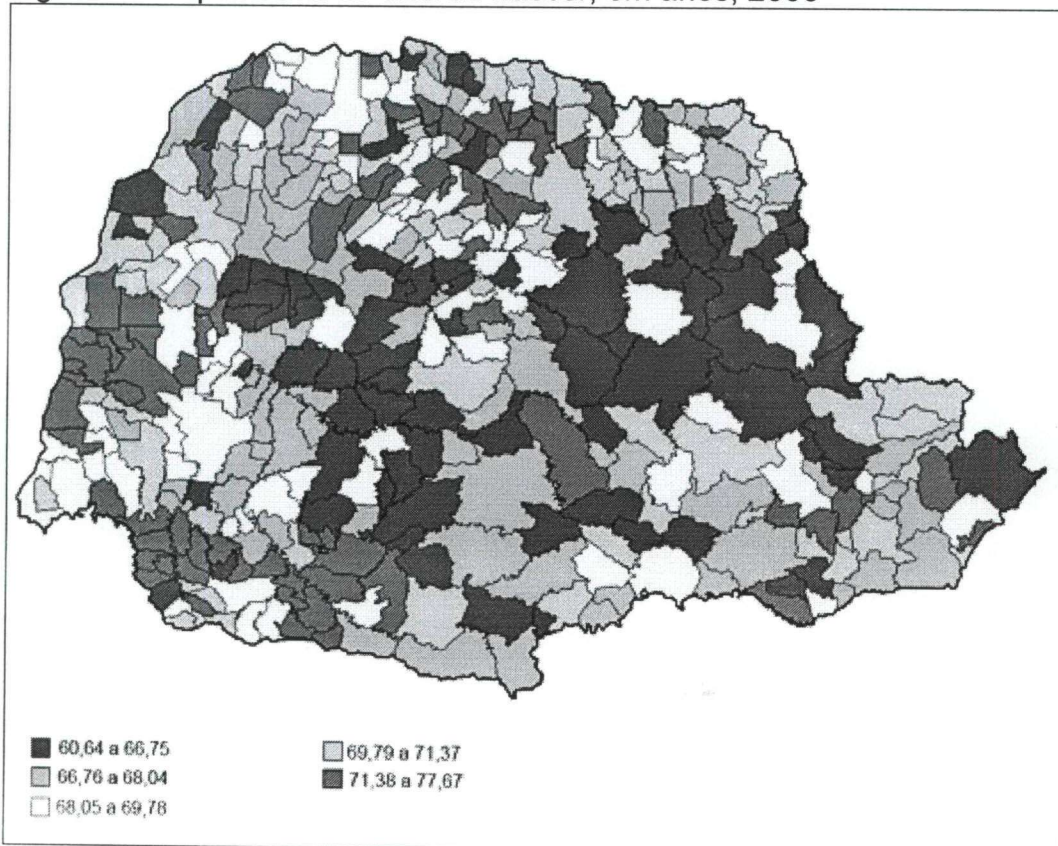
² A renda é auferida a partir do PIB per capita; a longevidade, através da expectativa de vida ao nascer; e a educação é avaliada pelo índice de analfabetismo e taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. (PNUDb, 2009)

Figura 05. Taxa de alfabetização, em percentual, 2000



Fonte: PNUDa (2009)

Figura 06. Expectativa de vida ao nascer, em anos, 2000



Fonte: PNUDa (2009)

Constata-se através destes indicadores que, em especial, a região central do Paraná e o Vale do Ribeira concentram os menores níveis de renda per capita, de esperança ao nascer, bem como as menores taxas de alfabetização. O oposto se dá nas regiões próximas aos centros de desenvolvimento humano citados anteriormente, nas três principais espacialidades do estado (primeiro, segundo e terceiro espaços relevantes).

Apesar deste cenário, observando-se a evolução do PIB per capita nos municípios paranaenses entre os anos 1970 e 2005, pode-se notar um crescimento com uma relevante tendência de concentração da renda em alguns poucos centros.

Tabela 01. PIB municipal (em Reais de 2000)

Município	1970	1975	1980	1985	1996	2001	2005
Curitiba	4,394,565	8,467,377	15,315,017	17,773,376	25,938,066	24,445,476	31,769,659
Londrina	1,206,780	2,678,376	2,908,717	3,529,488	4,061,466	4,142,095	5,269,035
Foz do Iguaçu	328,244	884,783	1,739,435	1,585,065	1,501,066	4,152,932	4,021,274
Maringá	714,796	1,536,310	1,589,611	1,983,066	2,526,871	2,801,733	3,588,485
Ponta Grossa	649,364	1,761,220	2,057,535	2,320,416	2,519,145	2,999,308	3,472,139
Paranaguá	575,529	1,019,252	1,410,678	1,811,426	1,323,608	2,689,816	3,149,903
Cascavel	433,735	1,082,185	1,465,922	1,524,961	1,847,267	2,611,557	2,887,958
Toledo	608,384	1,613,582	1,711,688	2,551,715	1,914,829	2,534,997	2,853,872
Guarapuava	712,794	1,977,980	1,409,459	1,352,304	1,176,573	2,173,091	2,332,929
Apucarana	420,237	936,673	898,642	1,157,416	1,082,685	1,484,202	1,757,830

Fonte: Elaboração própria com base dos dados de IPEA (2009)

O processo de concentração da renda fica ainda mais evidente com o cálculo de um índice considerando o PIB do município de Curitiba como um valor unitário e realizando a partir disso uma comparação proporcional com a soma deste indicador para o grupo dos 10 municípios com maior PIB no estado, à exceção de Curitiba (grupo chamado de “top 10”), e também com o grupo dos 15 municípios com maior PIB, novamente à exceção de Curitiba (grupo chamado de “top 15”). O total representa uma comparação com o PIB total do estado, excetuando-se mais uma vez o valor correspondente a Curitiba.

Tabela 02. Índice de divergência no PIB

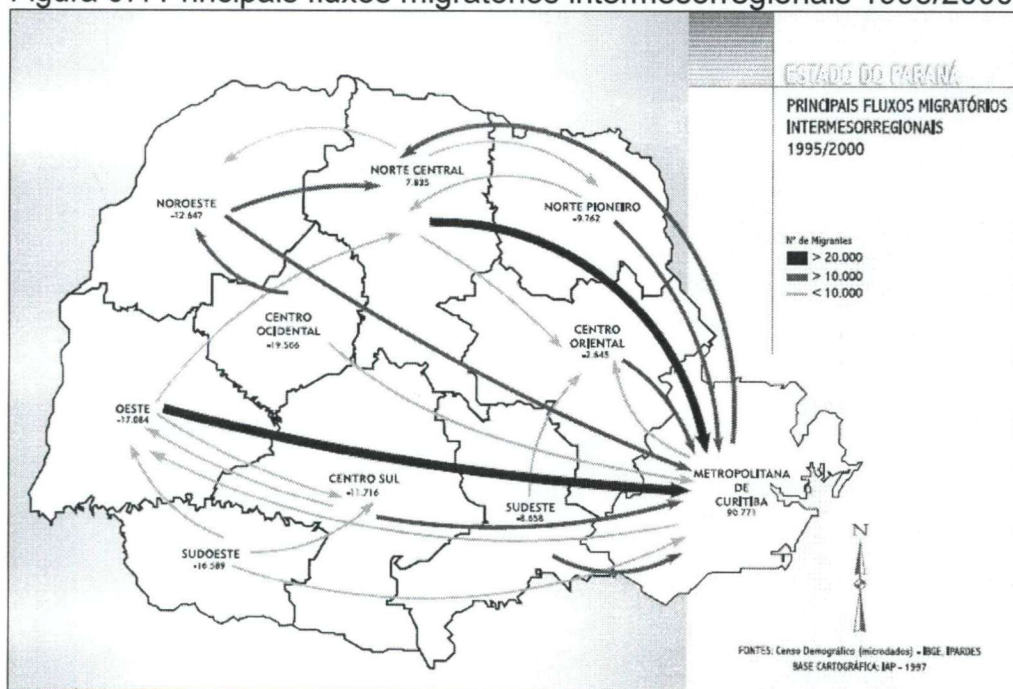
Cidade	1970	1975	1980	1985	1996	2001	2005
Curitiba	1	1	1	1	1	1	1
TOP 10	1.29	1.59	0.99	1.00	0.69	1.05	0.92
TOP 15	1.77	2.17	1.29	1.31	0.88	1.26	1.11
TOTAL	2.83	3.11	1.89	1.95	1.18	1.73	1.51

Fonte: Elaboração própria com base dos dados de IPEA (2009)

Pela evolução do índice nota-se uma clara concentração do PIB em direção à capital. Enquanto em 1970 a soma do PIB dos dez principais municípios paranaenses era 1,29 vezes maior que o PIB de Curitiba, em 2005 sequer chega a alcançar o PIB da capital. A queda no índice é ainda maior se for considerado o estado como um todo. Em 1970 o PIB somado de todos os municípios exceto Curitiba era quase 3 vezes maior que o da capital. Em 2005, essa proporção é de apenas 1,51 vezes.

A concentração ocorre também em outros aspectos, como por exemplo no que se refere à população. Existem fluxos migratórios intensos no estado formados por indivíduos deixando as áreas mais pobres do Paraná, em busca de condições melhores de vida nos pólos de crescimento, notadamente na Região Metropolitana de Curitiba. Esta relação pode ser melhor visualizada no mapa abaixo.

Figura 07. Principais fluxos migratórios intermesorregionais 1995/2000



Fonte: IPARDES (2006, p. 214)

As especificidades da estrutura econômica de cada região afetam a forma como elas crescem e se desenvolvem (POLÈSE, 1998). Por este motivo, as duas próximas seções do presente trabalho se dedicam a observar, primeiramente, quais os principais ramos da economia de cada espacialidade, e em seguida, avaliar a presença de fatores relevantes para o desenvolvimento. Deste modo, torna-se possível perceber melhor qual a possibilidade das regiões paranaenses prosseguirem com um crescimento convergente.

4 DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO PARANÁ

Conforme já foi citado acima, o quociente locacional presta-se para verificar o nível de concentração e importância de uma determinada atividade em uma porção de um território maior (POLÈSE, 1998, p. 141-143). Deste modo, pretende-se usar o quociente locacional como uma ferramenta para identificar as atividades mais relevantes na estrutura econômica de cada região do Paraná, ou seja, presta-se como uma *proxy* para observar as prováveis atividades de base exportadora. Diversos autores, como Kaldor e Mirlees (1962), Furtado (1972) e Hirshman (1958), citados por Cruz, Nakabashi, Porcile e Scatolin (2007), reconhecem estas atividades são o motor para o dinamismo na economia, levando ao desenvolvimento das atividades de suporte. Este processo tende a acompanhar um aumento no bem estar econômico à medida que eleva a geração de renda e o nível dos salários e permite um maior efeito multiplicador através dos encadeamentos entre os setores, entre outras conseqüências.

A presente seção está dividida em duas partes. A primeira delas refere-se ao cálculo do quociente locacional em termos de metodologia empregada. Já a segunda porção preocupa-se com a análise dos resultados obtidos e sua conformidade com as disparidades no desenvolvimento entre as regiões do Paraná.

Conforme proposto por Polèse (1998, p. 142), o quociente locacional pode ser calculado a partir da seguinte fórmula:

$$Q_{ij} = [(E_{ij} / E_j) / (E_i / E)] \times 100 \quad (1)$$

Onde:

Q_{ij} é o quociente locacional do setor de atividade i na região j ;

E_{ij} é o número de empregos formais do setor de atividade i na região j ;

E_j é o número total de empregos formais na região j ;

E_i é o número de empregos formais do setor de atividade i no conjunto das regiões (no caso, o estado do Paraná);

E é o número total de empregos formais no conjunto das regiões (Paraná).

A partir disto, tem-se que resultados acima de 1 significam uma concentração relativa da atividade em uma região específica, se comparada com a estrutura econômica do conjunto total das regiões estudadas. Por analogia, valores acima de 1 também podem significar que a região tem base exportadora nas atividades em questão (*idem*).

Para efetuar os cálculos neste trabalho, os dados a respeito do número de empregos foram obtidos através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), fornecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Utilizou-se a RAIS 2007 com a variável vínculos empregatícios ativos em 31/12, com os setores da economia distribuídos conforme a divisão CNAE 2.0 do IBGE³. A partir disto, foram realizados os cálculos considerando tanto os municípios individualmente quanto a divisão do Paraná em regiões sugerida por IPARDES (2006), citada anteriormente⁴.

A partir dos resultados obtidos, pretendeu-se caracterizar as regiões do estado, de modo a observar as disparidades entre elas. Em resumo para a análise feita, pode-se observar a distribuição de algumas das principais atividades econômicas no território paranaense a partir dos quadros desta seção, os quais estarão divididos em dois tipos: quadros apresentando as 10 atividades com maior quociente locacional para cada região; e quadros apresentando as 10 atividades de indústria de transformação com maior quociente locacional para cada região. As atividades com valor de quociente locacional abaixo de zero foram desconsideradas, uma vez que não representam segmentos de importância regional acima do nível estadual.

³ Esta classificação assume 99 divisões para as atividades econômicas.

⁴ Os resultados individualizados por município serão tratados apenas em exemplos pontuais devido à grande complexidade da análise de todos os 399 municípios do estado para cada um dos 99 setores propostos pela divisão CNAE.

Quadro 02. Principais atividades econômicas (Primeiro, Segundo e Terceiro espaços relevantes) – geral

	Primeiro espaço relevante		Segundo espaço relevante		Terceiro espaço relevante	
	atividade	QL	atividade	QL	atividade	QL
1	Extração de petróleo e gás natural	2,04	Preparação de couros e fabricação de artefatos em couro, artigos para viagem e calçados	2,62	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	4,89
2	Extração de minerais metálicos	2,04	Fabricação de móveis	2,37	Alojamento	2,81
3	Publicidade e pesquisa de mercado	1,92	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2,32	Pesca e aquicultura	2,65
4	Captação, tratamento e distribuição de água	1,91	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	2,20	Fabricação de produtos alimentícios	2,28
5	Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	1,85	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2,14	Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	2,26
6	Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	1,78	Fabricação de produtos do fumo	2,11	Seleção, agenciamento e mão-de-obra	1,87
7	Atividades de exploração de jogos de azar e apostas	1,76	Fabricação de produtos têxteis	2,00	Atividades veterinárias	1,66
8	Atividades de vigilância, segurança e investigação	1,73	Fabricação de produtos diversos	1,69	Transporte aéreo	1,53
9	Transporte Aquaviário	1,72	Telecomunicações	1,59	Preparação de couros e fabricação de artefatos em couro, artigos para viagem e calçados	1,50
10	Eletricidade, gás e outras utilidades	1,69	Pesca e aquicultura	1,52	Serviços especializados para construção	1,48

Fonte: Elaboração própria com base dos dados de MTE (2009)

Quadro 03. Principais atividades econômicas (Primeiro, Segundo e Terceiro espaços relevantes) – indústria de transformação

	Primeiro espaço relevante		Segundo espaço relevante		Terceiro espaço relevante	
	atividade	QL	atividade	QL	atividade	QL
1	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	1,67	Preparação de couros e fabricação de artefatos em couro, artigos para viagem e calçados	2,62	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	4,89
2	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	1,64	Fabricação de móveis	2,37	Fabricação de produtos alimentícios	2,28
3	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	1,51	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2,32	Preparação de couros e fabricação de artefatos em couro, artigos para viagem e calçados	1,50
4	Fabricação de produtos químicos	1,44	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	2,20	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1,04
5	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1,34	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2,14		
6	Impressão e reprodução de gravações	1,29	Fabricação de produtos do fumo	2,11		
7	Fabricação de máquinas e equipamentos	1,27	Fabricação de produtos têxteis	2,00		
8	Fabricação de bebidas	1,26	Fabricação de produtos diversos	1,69		
9	Fabricação de produtos minerais não-metálicos	1,18	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	1,49		
10	Metalurgia	1,16	Fabricação de produtos alimentícios	1,30		

Fonte: Elaboração própria com base dos dados de MTE (2009)

Com relação ao primeiro espaço relevante, constatou-se uma concentração importante em uma série de atividades inerentes à presença de uma grande metrópole como centro regional, no caso, Curitiba. Os quocientes locais estão bem acima do apresentado pelas outras regiões para divisões como: atividades de sede de empresas e consultoria, publicidade e pesquisa de mercado, gestão de ativos não-imobiliários e ativos intangíveis não-financeiro, e serviços de escritório e apoio administrativo. Há também uma importante concentração em atividades de tecnologia da informação, e

atividades artísticas e de espetáculos, bem como as ligadas ao patrimônio cultural e ambiental.

Em termos industriais, é a única região no estado a apresentar concentração na produção de máquinas e equipamentos. Também se destaca na produção de equipamentos de informática e eletrônicos, e de veículos automotivos. Este último segmento está especialmente concentrado no município de São José dos Pinhais.

Existe também relevância do transporte aquaviário, explicado pela presença do porto marítimo em Paranaguá, e pela característica litorânea de outros municípios. O quociente locacional para Paranaguá nesta divisão é de 42,62, enquanto para Guaratuba é de 123,73.

No que se refere às atividades primárias, há uma concentração de atividades ligadas à extração mineral. Destaca-se o município de Campo Largo com a extração de minerais metálicos, especialmente o calcário (o quociente locacional é de 105,93) (IPARDESb 2009, p.7). As atividades agropecuárias, de produção florestal e de pesca, por outro lado, apresentam uma grande desconcentração, corroborando o caráter urbano e industrial da região.

Trata-se, portanto, de uma região com atividades diversificadas e relevantes. Conforme cita IPARDES (2006), esta porção do estado respondia por 60,8% do Valor Adicionado Fiscal do Paraná (VAF) em 2003.

Dentro do segundo espaço relevante, por sua vez, o índice mais importante refere-se à indústria moveleira, com um quociente locacional de 2,37, o maior do estado no referido segmento. Destaca-se especialmente a cidade de Arapongas, com quociente locacional de 22,75 para esta atividade.

Há também concentração relevante na fabricação de equipamentos de transporte, produtos de borracha e material plástico, e produtos do fumo, além da fabricação de produtos têxteis, artigos de vestuário e de couro.

Segundo IPARDES (2006), a região perdeu participação no VAF estadual nos últimos anos, de 18,44% em 1975 a 9,07% em 2003, mas continua como a segunda região mais significativa no Paraná.

Quanto ao terceiro espaço relevante, a análise do quociente locacional indicou uma importante concentração na produção de farmoquímicos, estando essa indústria localizada especialmente no município de Toledo (o quociente específico para este município foi de 34,39 para o referido segmento industrial).

A região também concentra atividades veterinárias, pesca e aquicultura, e fabricação de produtos alimentícios, revelando um caráter agroindustrial de sua estrutura econômica.

De modo peculiar, há valores bastante significativos para o quociente nos segmentos de transporte aéreo, alojamento, e agências de viagens. Isto se justifica pela presença do município de Foz do Iguaçu e sua ligação com o turismo.

Quadro 04. Principais atividades econômicas (Regiões Centro-Oriental, Noroeste e Sudoeste) – geral

	Porção Centro-oriental		Região Noroeste		Região Sudoeste	
	atividade	QL	atividade	QL	atividade	QL
1	Extração de carvão mineral	41,78	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	5,18	Produção Florestal	4,27
2	Produção florestal	13,96	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	4,11	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	4,03
3	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	9,99	Fabricação de produtos alimentícios	2,71	Atividades cinematográficas, produção de vídeos e programas de televisão; gravação de som e edição de música	2,67
4	Fabricação de produtos de madeira	9,14	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	2,69	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2,56
5	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	5,83	Fabricação de produtos têxteis	2,21	Fabricação de produtos de madeira	2,55
6	Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares	3,40	Outras atividades de serviços pessoais	2,10	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1,88
7	Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas	3,11	Fabricação de móveis	1,69	Metalurgia	1,85
8	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	2,80	Preparação de couros e fabricação de artefatos em couro, artigos para viagem e calçados	1,58	Fabricação de produtos alimentícios	1,62
9	Transporte terrestre	1,96	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	1,34	Atividades de rádio e televisão	1,60
10	Obras de infra-estrutura	1,96	Serviços domésticos	1,10	Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	1,49

Fonte: Elaboração própria com base dos dados de MTE (2009)

Quadro 05. Principais atividades econômicas (Regiões Centro-Oriental, Noroeste e Sudoeste) – indústria de transformação

	Porção Centro-oriental		Região Noroeste		Região Sudoeste	
	atividade	QL	atividade	QL	atividade	QL
1	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	9,99	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	5,18	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2,56
2	Fabricação de produtos de madeira	9,14	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	4,11	Fabricação de produtos de madeira	2,55
3	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	5,83	Fabricação de produtos alimentícios	2,71	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1,88
4	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	2,80	Fabricação de produtos têxteis	2,21	Metalurgia	1,85
5	Fabricação de produtos químicos	1,49	Fabricação de móveis	1,69	Fabricação de produtos alimentícios	1,62
6			Preparação de couros e fabricação de artefatos em couro, artigos para viagem e calçados	1,58	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1,37
7			Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	1,34	Fabricação de móveis	1,14
8						

Fonte: Elaboração própria com base dos dados de MTE (2009)

A região Centro-Oriental, por outro lado, concentra basicamente a produção florestal e extração mineral (com um quociente locacional de 13,96 e 41,78, respectivamente) do Paraná. Existe também uma concentração em segmentos ligados à produção florestal, como as atividades de fabricação de produtos de madeira, celulose e papel. Outros segmentos relevantes referem-se à fabricação de produtos químicos e transporte terrestre.

Contudo, a indústria se mostra pouco diversificada, uma vez que, à exceção dos ramos citados acima e relacionados com derivados de madeira, os segmentos de fabricação de alimentos e bebidas, têxteis, produtos de borracha e metal, entre outros, apresentaram quocientes bastante baixos, inferiores a 0,15.

Já a região Noroeste do Paraná se concentra em atividades de agropecuária, fabricação de produtos alimentícios e têxteis, bem como na

produção de artefatos de couro e artigos de vestuário. Segundo IPARDES (2006), houve um decréscimo da representatividade da região em termos de participação no VAF estadual nos últimos anos, bem como um processo de expulsão populacional para outras regiões do Paraná.

A porção Sudoeste apresenta índices relevantes de concentração em metalurgia, produção de artigos de metal, e de máquinas e aparelhos elétricos. Entre outros segmentos de concentração relativa estão os de produção florestal e produtos de madeira. Conforme IPARDES (2006), assim como a região Noroeste, o Sudeste também apresentou perdas relativas de população nos últimos anos, mas se manteve relativamente estável no que se refere à economia.

Quadro 06. Principais atividades econômicas (Regiões Norte, Central e Vale do Ribeira) – geral

	Norte do Paraná		Região Central		Vale do Ribeira	
	atividade	QL	atividade	QL	atividade	QL
1	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	6,00	Fabricação de produtos de madeira	3,40	Produção Florestal	12,11
2	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	5,22	Produção Florestal	3,06	Fabricação de produtos do fumo	8,68
3	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	3,94	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	2,82	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	8,18
4	Fabricação de produtos têxteis	2,45	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	2,24	Fabricação de produtos de madeira	7,12
5	Fabricação de produtos alimentícios	1,84	Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	1,60	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	5,26
6	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1,81	Serviços domésticos	1,57	Extração de minerais não-metálicos	4,96
7	Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares	1,76	Atividades de apoio à extração de minerais	1,52	Esgoto e atividades relacionadas	3,61
8	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	1,56	Extração de carvão mineral	1,50	Pesca e aquicultura	3,57
9	Metalurgia	1,51	Serviços de assistência social sem alojamento	1,50	Atividades de exploração de jogos de azar e apostas	1,79
10	Atividades de rádio e televisão	1,27	Atividades de rádio e televisão	1,40	Administração pública, defesa e seguridade social	1,64

Fonte: Elaboração própria com base dos dados de MTE (2009)

Quadro 07. Principais atividades econômicas (Regiões Norte, Central e Vale do Ribeira) – indústria de transformação

Norte do Paraná		Região Central		Vale do Ribeira		
	atividade	QL	atividade	QL	atividade	QL
1	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	6,00	Fabricação de produtos de madeira	3,40	Fabricação de produtos do fumo	8,68
2	Fabricação de produtos têxteis	2,45	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	2,82	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	8,18
3	Fabricação de produtos alimentícios	1,84	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1,28	Fabricação de produtos de madeira	7,12
4	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1,81				
5	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	1,56				
6	Metalurgia	1,51				
7	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1,12				
8	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1,05				
9	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,85				
10						

Fonte: Elaboração própria com base dos dados de MTE (2009)

A região Norte do Paraná, por sua vez, concentra-se basicamente em atividades agropecuárias e na fabricação de produtos alimentícios (este último segmento concentrado em alguns poucos municípios, como Bandeirantes e Joaquim Távora). Há também uma certa concentração da indústria têxtil e de artigos de vestuário. Esta região, segundo IPARDES (2006), caracteriza-se desde 1970 como emissora de fluxos migratórios.

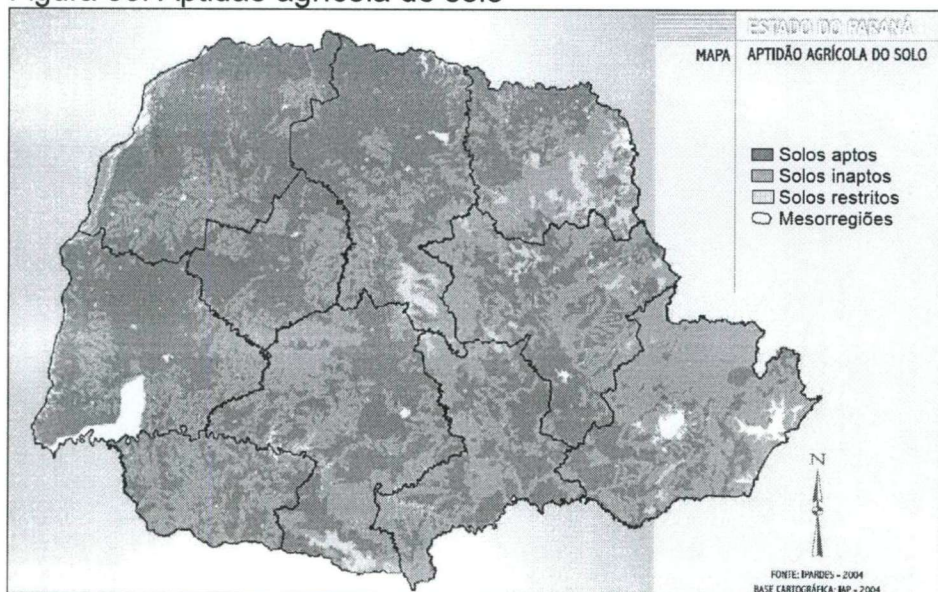
Dentro das espacialidades socialmente críticas, o Centro do estado concentra relativamente atividades de agropecuária e produção florestal (com

alguma relevância na fabricação de produtos de madeira e celulose também). A região do Vale do Ribeira também se concentra apenas em atividades primárias, principalmente na produção florestal (também com concentração da atividade de fabricação de produtos de madeira e celulose), pesca, fabricação de produtos do fumo, e extração de minerais não-metálicos.

Com relação à indústria de transformação, especificamente, destaca-se o fato de as regiões Central e do Vale do Ribeira apresentarem, cada uma, apenas três atividades com coeficiente locacional maior que 1. Ou seja, há na região uma indústria não diversificada, concentrada em produtos de baixo valor agregado, como o fumo e os derivados de madeira.

Em consonância com o que o quociente locacional revela, as características da estrutura produtiva de cada região estão atreladas a fatores como a formação histórica, a posição geográfica e a dotação de recursos naturais. Com relação ao componente histórico, foram marcantes no Paraná o processo de ascensão e declínio da cultura cafeeira no norte do estado, a expansão da fronteira agrícola no oeste pelos movimentos migratórios gaúchos, e a dinâmica histórica própria do leste, com a região litorânea e a presença da capital (MAGALHÃES, 1993). Já quanto à disponibilidade de recursos naturais, pode-se observar no mapa abaixo a distribuição de um dos recursos básicos, que seriam os solos agricultáveis. Nota-se, assim, uma certa concentração dos solos aptos ao cultivo especialmente nas regiões norte e oeste.

Figura 08. Aptidão agrícola do solo



Fonte: IPARDES (2006, p. 235)

5 FATORES CARACTERÍSTICOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Nesta seção pretende-se identificar nas regiões do Paraná a presença ou ausência de fatores facilitadores do desenvolvimento, segundo os conceitos propostos por Llorens (2001). Isto será realizado, portanto, a partir da análise de alguns dos elementos importantes para o desenvolvimento, com dados obtidos através de pesquisas no Banco de Dados do Estado, o qual é mantido pelo IPARDES (IPARDESa, 2009).

Para a análise do item “financiamento e fisco” serão considerados as despesas municipais e o financiamento à agricultura e à pecuária. Sobre “informação e assessoria”, serão avaliados dados a respeito da presença de instituições de ensino superior. Com relação aos “recursos humanos”, serão analisados o número de matrículas nas escolas e a quantidade de estabelecimentos de ensino. O item “suporte físico” será avaliado através de dados sobre o número de consumidores de energia elétrica, e sobre a quantidade de unidades atendidas pelos sistemas de abastecimento de água. Os elementos “promoção econômica” e “gestão municipal”, por outro lado, são difíceis de serem mensurados através de variáveis quantificáveis, então sua análise será feita de forma indireta, através do contexto de cada região. Todas as informações apresentadas são referentes ao ano de 2007, à exceção do número de estabelecimentos de ensino, o qual se refere a 2006.

Para facilitar a visualização dos dados de modo comparativo, são apresentadas tabelas (tabela 03, 04, 05 e 06) com uma relação proporcional da presença dos fatores de desenvolvimento entre as espacialidades. Tomaram-se os valores para o primeiro espaço relevante como uma referência unitária, e a partir disso foram calculados os valores equivalentes para as outras regiões, proporcionalmente. Também para efeito de comparação, mostra-se a proporção referente à população de cada região, conforme dados censitários do ano 2000.

Tabela 03. Financiamento e fisco – comparativo

espacialidade	População		Despesas Municipais		Financiamentos a Agricultura		Financiamentos a Pecuária	
	habitantes	relação	R\$	relação	R\$	relação	R\$	relação
Primeiro espaço relevante	3.481.004	1,00	5.568.881.328,47	1,00	628.283.443,20	1,00	67.009.231,96	1,00
Segundo espaço relevante	1.758.697	0,51	1.940.001.613,45	0,35	1.277.750.656,57	2,03	219.918.026,59	3,28
Terceiro espaço relevante	1.140.315	0,33	1.402.176.706,36	0,25	1.632.243.220,04	2,60	342.990.827,87	5,12
Porção Centro-oriental	211.741	0,06	187.676.428,24	0,03	118.334.616,25	0,19	30.113.393,44	0,45
Região Noroeste	709.497	0,20	749.430.384,86	0,13	437.418.827,26	0,70	247.135.568,95	3,69
Região Sudoeste	584.807	0,17	651.256.240,29	0,12	471.876.427,94	0,75	149.706.637,03	2,23
Norte do Paraná	431.644	0,12	388.290.544,23	0,07	226.164.568,72	0,36	66.788.416,63	1,00
Região Central	990.964	0,28	961.228.778,32	0,17	1.551.700.792,86	2,47	133.093.330,97	1,99
Vale do Ribeira	254.789	0,07	244.438.686,55	0,04	144.845.743,02	0,23	22.113.570,70	0,33
Paraná	9.563.458	2,75	12.093.380.710,77	2,17	6.488.618.295,86	10,33	1.278.869.004,14	19,08

Fonte: Elaboração própria com base dos dados de IPARDESa (2009)

Nota-se, em primeiro lugar, a grande concentração na população paranaense no primeiro espaço relevante. Com 36,4% da população do Paraná em 40 municípios, a espacialidade tem aproximadamente o dobro da população da segunda região mais habitada no estado, a segunda espacialidade, que concentra 18,39% dos habitantes do estado em 74 municípios.

No que se refere aos fatores de desenvolvimento ligados ao financiamento e fisco em si, 46% das despesas municipais do estado são feitas no primeiro espaço relevante, representando gastos mais que proporcionais à população, e um nível também acima do que é realizado nas outras espacialidades. Por outro lado, o financiamento à agricultura e à pecuária é relativamente menor: os valores investidos em termos de financiamento por habitante nesta região (R\$ 180,49 para a agricultura e R\$ 19,25 para a pecuária) estão bem abaixo das médias do estado (R\$ 678,48 e R\$ 133,72, respectivamente). Isto pode ser explicado pelas características econômicas da espacialidade, a qual, conforme já demonstrado pelos resultados do quociente ocacional, possui uma atividade agropecuária muito pequena.

Também se faz perceber uma preponderância do terceiro espaço relevante no que se refere ao financiamento à agricultura e especialmente em

relação à pecuária. Cerca de 25% do financiamento à agricultura no Paraná, e 26% do financiamento à pecuária foram feitos nessa espacialidade. Novamente, estes dados corroboram os resultados do quociente locacional apresentado, com a relevância do ramo agroindustrial na região.

Outra porção do estado que se destaca pelo nível de financiamento à pecuária, especificamente, é a Região Noroeste. Apesar de possuir o equivalente a apenas cerca de 20% da população da primeira espacialidade relevante, a Região Noroeste apresentou um montante de financiamento à pecuária maior do que o triplo do realizado pela primeira espacialidade. Em outros termos de comparação, a região possui aproximadamente 7,42% da população do estado, mas realizou 19,32% do montante de financiamento à pecuária para o período estudado.

Cabe também notar o nível de financiamento à agricultura e à pecuária no Vale do Ribeira, proporcionalmente menor. O montante financiado por habitante para esta espacialidade foi de R\$ 568,49 e R\$ 86,79, respectivamente, enquanto no total paranaense esta média foi de R\$ 678,48 e R\$ 133,72, respectivamente.

Em termos de evolução temporal, considerando o período entre 1990 e 2007, as despesas municipais e os gastos com financiamento à agricultura cresceram nas regiões, em geral, acompanhando a taxa de crescimento dessas mesmas variáveis no estado como um todo (esta média foi de 12,49% para as despesas municipais e de 5,73% para o financiamento à agricultura). O financiamento à pecuária, por sua vez, apresentou um crescimento com distribuição bem mais heterogênea no território paranaense. Destacam-se especialmente as regiões do terceiro espaço relevante, Região Central e Vale do Ribeira, onde tal tipo de financiamento cresceu à taxa de 94,24%, 71,79% e 198,59%, respectivamente, frente a uma média de 40,17% para o estado do Paraná.

Tabela 04. Recursos humanos (matrículas) – comparativo

espacialidade	População		Matrículas no Ensino Fundamental		Matrículas no Ensino Médio	
	habitantes	relação	Unidades	relação	Unidades	relação
Primeiro espaço relevante	3.481.004	1,00	576.942,00	1,00	169.588,00	1,00
Segundo espaço relevante	1.758.697	0,51	275.207,00	0,48	85.195,00	0,50
Terceiro espaço relevante	1.140.315	0,33	190.301,00	0,33	60.788,00	0,36
Porção Centro-oriental	211.741	0,06	40.067,00	0,07	10.776,00	0,06
Região Noroeste	709.497	0,20	108.812,00	0,19	34.244,00	0,20
Região Sudoeste	584.807	0,17	100.358,00	0,17	29.771,00	0,18
Norte do Paraná	431.644	0,12	67.837,00	0,12	21.957,00	0,13
Região Central	990.964	0,28	175.658,00	0,30	45.885,00	0,27
Vale do Ribeira	254.789	0,07	49.599,00	0,09	10.890,00	0,06
Paraná	9.563.458	2,75	1.584.781,00	2,75	469.094,00	2,77

Fonte: Elaboração própria com base dos dados de IPARDESa (2009)

Quanto ao fator recursos humanos, em termos de matrículas no ensino fundamental e médio, pode-se notar que a proporção entre as regiões segue aproximadamente a mesma distribuição da população, com variações relativamente pequenas.

Tabela 05. Recursos humanos (Estabelecimentos de ensino) e informação e assessoria – comparativo

espacialidade	População		Estabelecimentos de Ensino Fundamental		Estabelecimentos de Ensino Médio		Instituições de Ensino Superior	
	habitantes	relação	unidades	relação	unidades	relação	unidades	relação
Primeiro espaço relevante	3.481.004	1,00	1.716,00	1,00	459,00	1,00	81,00	1,00
Segundo espaço relevante	1.758.697	0,51	875,00	0,51	265,00	0,58	34,00	0,42
Terceiro espaço relevante	1.140.315	0,33	729,00	0,42	216,00	0,47	35,00	0,43
Porção Centro-oriental	211.741	0,06	194,00	0,11	41,00	0,09	6,00	0,07
Região Noroeste	709.497	0,20	433,00	0,25	122,00	0,27	11,00	0,14
Região Sudoeste	584.807	0,17	529,00	0,31	103,00	0,22	17,00	0,21
Norte do Paraná	431.644	0,12	342,00	0,20	88,00	0,19	11,00	0,14
Região Central	990.964	0,28	1.052,00	0,61	184,00	0,40	16,00	0,20
Vale do Ribeira	254.789	0,07	405,00	0,24	51,00	0,11	5,00	0,06
Paraná	9.563.458	2,75	6.275,00	3,66	1.529,00	3,33	216,00	2,67

Fonte: Elaboração própria com base dos dados de IPARDESa (2009)

A estrutura dos recursos humanos também pode ser descrita através da presença de estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Neste caso, a distribuição também tende a seguir relativamente a população, mas existem algumas exceções consideráveis. Primeiramente, enquanto o estado como um todo representa uma população cerca de 2,74 vezes maior que a população do primeiro espaço relevante, em termos de estabelecimentos de ensino fundamental e médio essa quantidade é 3,65 e 3,33 vezes maior, respectivamente. Em outros termos, apesar de concentrar aproximadamente 36% da população paranaense, o primeiro espaço relevante detém cerca de 27% dos estabelecimentos de ensino fundamental e 30% daqueles dedicados ao ensino médio.

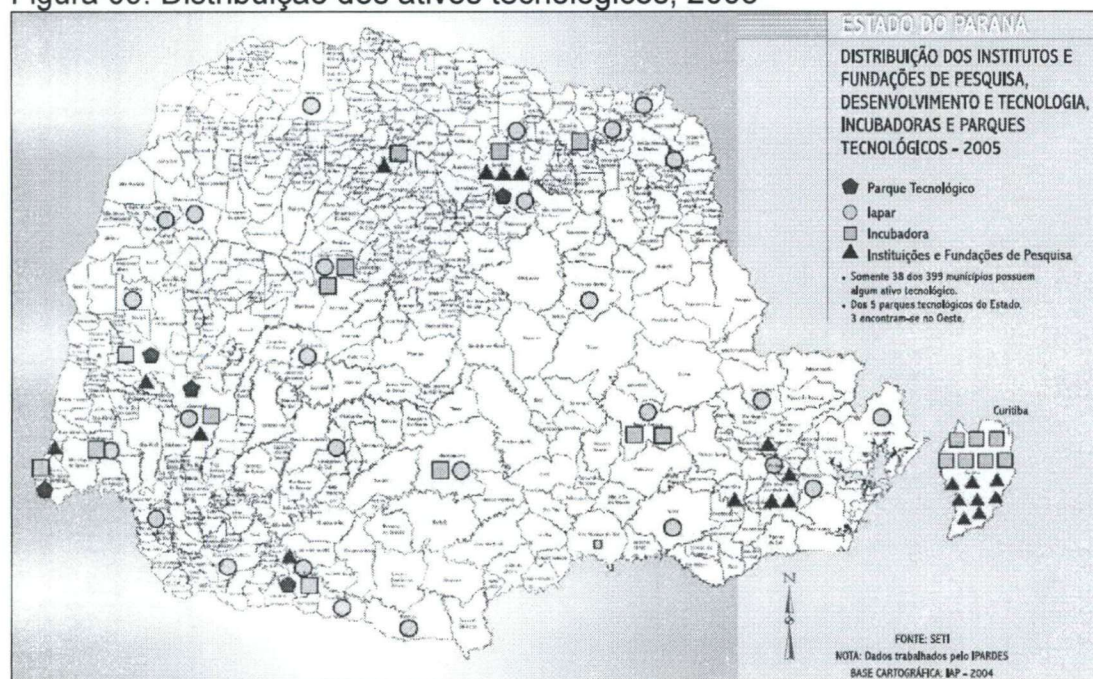
Em contrapartida, espacialidades como a Região Sudoeste, a Região Central e o Vale do Ribeira possuem uma proporção de escolas notadamente maior que a proporção de população que abrigam. Dado que a relação entre o número de matrículas é proporcionalmente próximo da população, provavelmente este número elevado de instituições de ensino fundamental e médio seja explicado pela existência de uma quantidade maior de escolas menores, com capacidade de abrigar menos alunos. Há também que se considerar que, em geral, regiões mais pobres se caracterizam por uma população com relativamente mais crianças.

A presença de instituições de ensino superior, por sua vez, é importante não só também como fator de melhoria na qualidade dos recursos humanos da região, mas também como fonte de informação e assessoria para toda a comunidade em que está inserida, com projetos de pesquisa e extensão. Conforme exposto na tabela 05, o primeiro espaço relevante concentra boa parte das instituições desse tipo no estado (são 81 instituições, 37,5% do total do Paraná). Há também uma proporção interessante no terceiro espaço relevante, que concentra 11,92% da população do estado, mas 16,20% das instituições de ensino superior.

As regiões Noroeste e Central do Paraná, por outro lado, apresentam uma proporção reduzida de instituições de ensino superior quando comparado à proporção de população na espacialidade. A região Central, por exemplo, concentra cerca de 10% da população, mas dispõe apenas de 7,41% das instituições de ensino superior.

Em 1985, o Paraná dispunha de 49 instituições de ensino superior. Em 2007, o número de instituições já somava 216. O acréscimo mais importante em termos absolutos se deu no primeiro espaço relevante, que ganhou 65 instituições deste tipo no período citado, com o destaque para Curitiba, que sozinha concentra 54 instituições. Também é relevante a evolução deste dado no terceiro espaço relevante, que contava com apenas 4 instituições de ensino superior em 1985, e passou a ter 35 instituições em 2007.

Figura 09. Distribuição dos ativos tecnológicos, 2005



Fonte: IPARDES (2006, p. 255)

Outro fator importante no que se refere à informação e assessoria é a presença de centros tecnológicos e de pesquisa. Conforme pode se observar na Figura 09, também há uma tendência de concentração desses elementos nos três pólos mais relevantes do Paraná, ou seja, as três primeiras espacialidades.

Tabela 06. Suporte físico – comparativo

espacialidade	População		Unidades atendidas com energia elétrica		Unidades atendidas com abastecimento de água	
	habitantes	relação	unidades	relação	unidades	relação
Primeiro espaço relevante	3.481.004	1,00	277.055,00	1,00	206.592,00	1,00
Segundo espaço relevante	1.758.697	0,51	1.222.873,00	4,41	1.075.873,00	5,21
Terceiro espaço relevante	1.140.315	0,33	351.180,00	1,27	282.280,00	1,37
Porção Centro-oriental	211.741	0,06	57.006,00	0,21	34.388,00	0,17
Região Noroeste	709.497	0,20	578.004,00	2,09	459.057,00	2,22
Região Sudoeste	584.807	0,17	396.787,00	1,43	302.405,00	1,46
Norte do Paraná	431.644	0,12	164.829,00	0,59	111.513,00	0,54
Região Central	990.964	0,28	337.566,00	1,22	213.439,00	1,03
Vale do Ribeira	254.789	0,07	157.223,00	0,57	125.087,00	0,61
Paraná	9.563.458	2,75	3.542.523,00	12,79	2.810.634,00	13,60

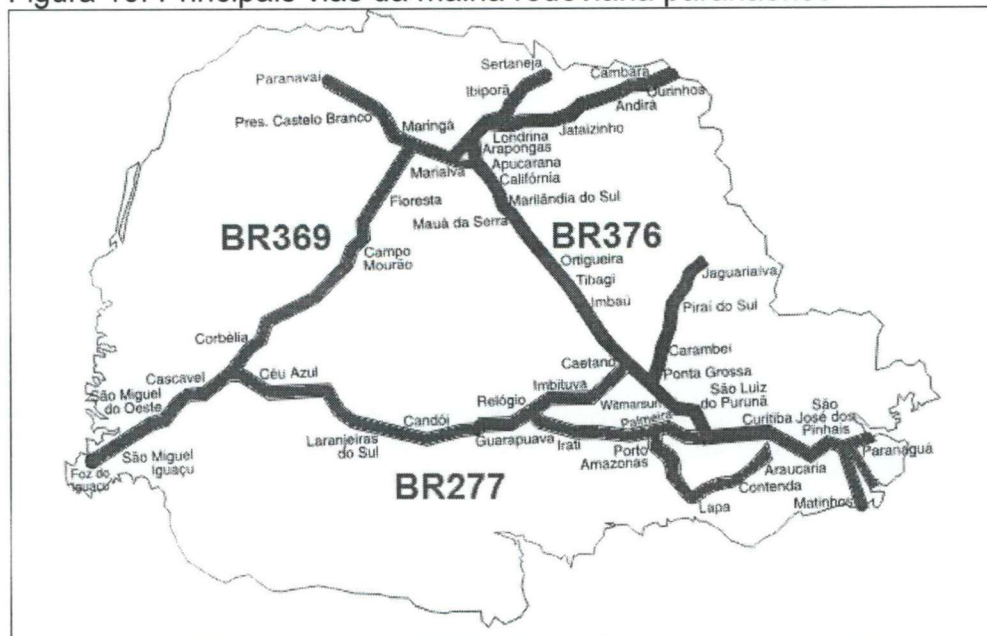
Fonte: Elaboração própria com base dos dados de IPARDESa (2009)

Por fim, no que se refere ao suporte físico, pode-se observar um relativo destaque na presença de unidades atendidas pelos sistemas de água e energia elétrica nas regiões do segundo espaço relevante, Noroeste e Sudoeste do estado.

Também cabe observar a disposição das principais vias da malha rodoviária do estado. Uma vez que as rodovias permitem a uma região participar da integração econômica com outras áreas a partir do escoamento de sua produção e facilitando a ocorrência de importação de fatores não disponíveis internamente, representam também um importante item de suporte físico.

No Paraná, as principais rodovias do estado, com as melhores condições de tráfego, estão no chamado “Anel de Integração”, implantado pelo governo a partir de 1996 com a concessão de trechos das rodovias para a administração por empresas privadas (DNIT, 2009; RODONORTE, 2009). Como se pode observar na Figura 10, estas estradas ligam as três principais espacialidades do Paraná, contornando apenas por fora as regiões mais pobres, como a Região Central e o Vale do Ribeira.

Figura 10. Principais vias da malha rodoviária paranaense



Fonte: Elaboração própria com base dos dados de DNIT (2009) e RODONORTE (2009)

CONCLUSÃO

A partir da análise dos indicadores e fatores apresentados neste trabalho, constata-se que a existência de disparidades no nível de desenvolvimento das regiões paranaenses pode ser explicada por dois blocos de motivos. Em primeiro lugar estão os fatores históricos e vantagens comparativas iniciais das regiões. Conforme descrito na seção 4, as três espacialidades mais relevantes no estado são também as que apresentaram um arranque histórico interessante. Tal processo esteve ligado principalmente à agricultura (no caso das regiões oeste e norte, à exceção da dinâmica particular da capital), o que provavelmente não teria ocorrido não fosse o fato de as regiões em questão apresentarem recursos naturais interessantes (solos bastante produtivos para a agricultura, no caso). Esta dinâmica levou ao desenvolvimento de outros segmentos da economia na região, moldando o quadro apresentado pelos resultados do quociente locacional.

Tal processo também se torna causa para o desenvolvimento de vantagens competitivas (LLORENS, 2001), ou seja, o dinamismo gerado na região por vantagens comparativas iniciais leva ao surgimento de condições para que esse mesmo evento continue ocorrendo. Elementos como a maior renda da região possibilitam investimentos em fatores facilitadores do

desenvolvimento, tais como: estrutura de suporte físico, capacitação de recursos humanos, instituições de pesquisa tecnológica, entre outros descritos na seção 5 do presente trabalho.

Para as espacialidades mais críticas, como por exemplo o Centro do estado e o Vale do Ribeira, o que se tem é o inverso: os movimentos históricos iniciais de colonização não alcançaram estas regiões, o que pode ser explicado pelo fato de não apresentarem atrativos para a agricultura, elemento chave no processo que abrangeu as outras partes do território. O que se desenvolveu depois foi uma economia pouco dinâmica, baseada em indústrias primárias e no extrativismo, principalmente de recursos florestais. Isto leva à manutenção de baixos níveis de renda e dificulta o surgimento de vantagens competitivas.

Tem-se, portanto, o motivo pelo qual as disparidades continuam entre as regiões. Primeiramente, há a persistência dos fatores que explicam a origem desse desnível. Além disso, inexitem elementos que alterem a trajetória de concentração do desenvolvimento nas regiões pólos do Paraná. Trata-se de um processo de retro alimentação, onde as regiões mais desenvolvidas apresentam um nível de competitividade muito acima das demais. Desequilíbrio este que dificilmente poderia ser desfeito apenas através do funcionamento normal da economia de mercado. Os agentes econômicos tendem a buscar as condições favoráveis já consolidadas nas regiões mais desenvolvidas, ainda mais quando se considera que as outras espacialidades não conseguem oferecer condições atraentes (faltam recursos naturais, suporte físico, mão-de-obra qualificada, entre outros fatores). Essa tendência à concentração é evidenciada em trabalhos como o de Macedo, Vieira e Meiners (2002), apresentado na seção 2, bem como com a análise da evolução do PIB nos municípios do estado, conforme mostrado na seção 3.

Por fim, uma possibilidade para o rompimento dessa trajetória cumulativa de aumento nas disparidades entre as regiões paranaenses seria a presença de uma intervenção governamental relevante. Também pode ocorrer a possível ação de fatores exógenos completamente novos, como por exemplo a descoberta de novas aplicações para os escassos recursos disponíveis nas regiões mais pobres do estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, L. R., LIMA, J. F., PIFFER, M. **Notas sobre a polarização das atividades econômicas das microrregiões paranaenses no período de 1970 a 2000.** In: V ECOPAR, Curitiba, 2007. Disponível em: <http://www.ecopar.ufpr.br/index.php?pagina=artigos_aceitos> Acesso em: 15/04/09.

ANDRADE, T. A. **As desigualdades Inter-regionais de desenvolvimento econômico no Brasil.** Textos para discussão interna IPEA, n. 156, out 1988.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional.** Textos para discussão interna IPEA, n 630, fev 1999.

DNIT (DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES). **Condições das Rodovias.** Disponível em: <<http://www1.dnit.gov.br/rodovias/condicoes/pr.htm>>. Acesso em: 23/06/2009.

FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. J. **Economia espacial: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo.** São Paulo: Editora Futura, 2002.

FURTADO, C. (1972). **Análise do Modelo Brasileiro.** In: CRUZ, M.; NAKABASHI, L.; PORCILE, G; e SCATOLIN, F. **Uma análise do impacto da composição ocupacional sobre o crescimento da economia brasileira.** Economia, v.7, n. 4, dez 2007.

HADDAD, R. P. **Economia Regional: teorias e métodos de análise.** Fortaleza: BNB-ETENE, cap. 4, 1989.

HADDAD, P. R. **Regiões, regionalismo e desequilíbrios espaciais de desenvolvimento: algumas reflexões.** Porto Alegre, FEE, v. 21, n. 2, p. 255-270, ago 1993.

HIRSHMAN, A. (1958). *The Strategy of Economic Development.* In: CRUZ, M.; NAKABASHI, L.; PORCILE, G; e SCATOLIN, F. **Uma análise do impacto da composição ocupacional sobre o crescimento da economia brasileira.** Economia, v.7, n. 4, dez 2007.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). **Ipeadata.** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?166251109>>. Acesso em: 24/05/2009.

IPARDES (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL). **O Paraná Reinventado: Política e Governo.** Curitiba: IPARDES, 1989.

IPARDES (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL). **Paraná: diagnóstico social e econômico: sumário executivo**. Curitiba: IPARDES, 2003.

IPARDES (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL). **Leituras Regionais: Mesorregiões Geográficas Paranaenses: sumário executivo**. Curitiba: IPARDES, 2004.

IPARDES (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL). **Os vários Paranas: identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional**. Curitiba: IPARDES, 2006.

IPARDESa (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL). **Base de Dados do Estado**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 25/03/2009.

IPARDESb (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL). **Caderno Estatístico: município de Campo Largo**. Curitiba: IPARDES, jun. 2009.

KALDOR, N.; MIRLEES, J. (1962). *A new model of economic growth*. In: CRUZ, M.; NAKABASHI, L.; PORCILE, G; e SCATOLIN, F. **Uma análise do impacto da composição ocupacional sobre o crescimento da economia brasileira**. Economia, v.7, n. 4, dez 2007.

LAVINAS, L.; GARCIA, E. H.; AMARAL, M. R. **Desigualdades Regionais: Indicadores Socioeconômicos nos anos 90**. Textos para discussão interna IPEA, n. 460, fev 1997.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MACEDO, M.; VIEIRA, V.; MEINERS, W. **Fases de Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n.103, p. 5-22, jul/dez 2002.

MAGALHÃES, F. B. B. **O novo perfil econômico do Paraná. Indicadores Econômicos FEE**, v.21, n. 3, p.31-52, nov 1993.

MTE (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO). **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. Disponível em: <<http://sgt.caged.gov.br/index.asp>>. Acesso em: 04/05/2009.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1957.

POLÈSE, M. **Economia Urbana e Regional: lógica espacial das transformações econômicas**. Coimbra: APDR, 1998.

PNUDa (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL - 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 22/05/2009.

PNUDb (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). PNUD Brasil: IDH. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>> Acesso em: 22/05/2009.

RODONORTE. **Histórico.**

<<http://www.rodonorte.com.br/concessionaria/sobrea/historico.cfm>>. Acesso em: 23/06/2009.

ROLIM, C. F. C. O Paraná urbano e o Paraná do **agrobusiness**: as dificuldades para a formulação de um projeto político. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n.86, p. 49-99, set/dez 1995.

SCWARTZMAN, J. **A teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional.** 1975. In: Haddad, P. R. (Ed.) Desequilíbrios regionais e descentralização industrial, Rio de Janeiro, IPEA/IPLAN, PP. 37-94 (Monografia n. 16)

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ. **Mapa do Paraná dividido por municípios.** Disponível em: <<http://200.189.113.52/ftp/Mapas/municipios.pdf>>. Acesso em: 22/04/2009.